

O Poder popular

Marcos Arruda *

Se é um déspota que destronará, assegura-te que seu trono,
erigido dentro de ti esteja destruído...
...Senão, quando tua liberdade perder suas algemas,
ela se tornará a algema de uma liberdade maior.
Gibran Khalil

O verdadeiro poder vem da renúncia ao desejo de poder. Esta lição vem de Buda e de Carl Gustav Jung, do revolucionário africano Amílcar Cabral e de grandes místicos. “Todo poder emana do povo, e em seu nome será exercido.” Infelizmente, este princípio que inicia a Constituição brasileira começa e acaba no papel, pois o povo brasileiro continua procurando com a lanterna de Diógenes governantes que queiram sinceramente torná-lo realidade. O Brasil nasceu de índios, negros e europeus subjugados e destruídos. A mistura destes povos resultou no Brasil de hoje. Gigante cheio de potenciais, que continuará adormecido até que seu povo desperte e queira lutar pela própria emancipação.

O Brasil tentou a falsa independência, declarada pelo filho do rei, auto-intitulado imperador; tentou a República; tentou várias formas de ditadura; tentou governos civis liderados pelas elites industriais e financeiras; tentou um Presidente sociólogo que se revelou amigo dos ricos nacionais e dos capitais estrangeiros; chegou a tentar um governo liderado por um metalúrgico, a quem a Nação parece ter dado um cheque em branco para decidir qualquer coisa em seu nome. O contexto dessas tentativas foram sempre, com breve e fugaz exceção, o Presidencialismo fundado numa cultura eminentemente patriarcal. O poder excessivo nas mãos do Executivo e o papel subordinado da mulher foram os dois traços principais do que tem se chamado *democracia representativa*.

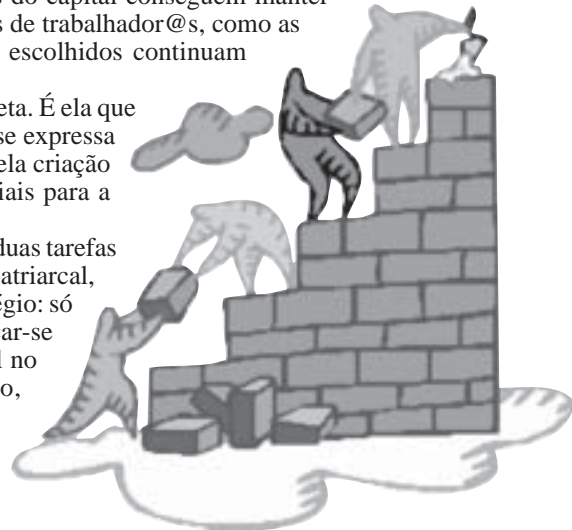
Toda relação de poder é uma relação educativa. É na relação materno-infantil que podemos encontrar as raízes da relação ideal de poder: a relação do cuidado e do desejo puro do empoderamento do Outro. A pedagoga Gerda Verden-Zöllner chama esta relação de normal: é a relação que favorece o desenvolvimento da consciência de si e da consciência social nas crianças. É a relação baseada na aceitação mútua total que transforma os humanos em seres normais, tanto no plano individual como no social. Com o biólogo Humberto Maturana¹, Verden-Zöllner emprega o termo *cultura matrística* para falar do substrato conceitual, emocional, atitudinal, ético e moral que fundamenta essa relação. Entre as atitudes definidoras da cultura patriarcal estão as relações interpessoais baseadas principalmente na autoridade, na obediência e no controle. Entre as que identificam a cultura matrística estão as relações baseadas no acordo, na cooperação e na coinspiração (46-47). Os autênticos fundamentos da democracia pertencem à cultura matrística.

Maturana observa que, apesar do surgimento da democracia não negar completamente o patriarcado, e apesar da pressão contínua deste para negar a democracia e restabelecer o patriarcado total, a democracia se expandiu a todos os domínios das relações humanas, às emoções, às ações, às reflexões, criando espaços em que o acordo, a cooperação, a reflexão e a compreensão substituem a autoridade, o controle e a obediência, como maneiras de coexistência humana.

Em sociedades complexas como as atuais, e muito mais numerosas em densidade humana, não há como escapar do sistema político representativo. Nota-se a incapacidade do sistema do capital mundial de conviver com qualquer outro modelo de política que não seja o da democracia representativa. Desta forma, os donos do capital conseguem manter distantes da sociedade inúmeros assuntos de interesse direto das comunidades de trabalhador@s, como as decisões sobre o uso dos recursos públicos, e mesmo se os representantes escolhidos continuam merecendo a confiança dos seus eleitores.

Um fantasma ronda os donos do capital no Brasil de hoje: a democracia direta. É ela que estabelece a legitimidade e os limites da democracia representativa. Ela hoje se expressa nos movimentos populares, nas assembleias populares, nas lutas insistentes pela criação de mecanismos e instâncias de participação da população nas decisões cruciais para a vida da comunidade nacional.

Para tornar-se o sujeito eficiente desta democracia, o povo tem pelo menos duas tarefas capitais: a primeira, destruir em si próprio a tendência a reproduzir a opressão patriarcal, abandonando o desejo do poder excludente, o que só é fonte de riqueza e privilégio: só o poder compartilhado, serviçal, plural e responsável liberta; a segunda, colocar-se em estado de mobilização permanente a fim de empoderar-se para tornar real no Brasil um sistema democrático integral, plural e participativo, portanto, verdadeiramente emancipador. ☺



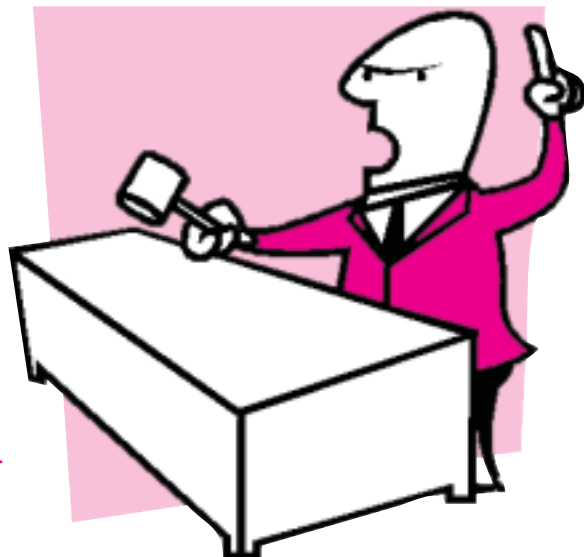
* Economista e educador do PACS.

¹ Humberto Maturana e Gerda Verden-Zöllner, 1998, “Amor y Juego: Los Fundamentos Olvidados de lo Humano”, Instituto de Terapia Cognitiva, Santiago, Chile.

QUEM PODE PODA*?

Ana Margarida Fernandes Esteves**

Poder (do latim potere) é o direito de deliberar, agir e mandar; ter a faculdade ou a possibilidade de algo, de exercer a autoridade, a soberania, ou o império dada a circunstância. Ter o domínio, a influência ou a força. Deter o direito de posse ou de jurisdição. Possuir os recursos e meios. É ter a capacidade ou aptidão para algo. (...)



Neste conceito que Wikipédia, a enciclopédia virtual, oferece aos internautas, nota-se que o termo poder está intimamente ligado ao livre arbítrio. A capacidade inerente a um ser que lhe permite surtir um determinado efeito permanecerá neutra se não houver a intenção de utilizá-la. A própria capacidade deste ser se abster de usá-la com o objetivo de evitar um determinado efeito ou permitir que outro aconteça também é em si uma manifestação de poder.

Nota-se igualmente que o poder é antes de tudo uma relação, sendo por isso mesmo circunstancial. Tendo em conta a intenção e a forma como essa relação é estabelecida, o poder pode ter um efeito criativo ou destrutivo. Pode ajudar a potencializar as qualidades do ser ou elemento com o qual o iniciador da relação de poder interage, desta forma usando o poder como um fator criativo que empodera ambos os sujeitos de uma relação que visa construir um projeto comum. Pode também significar uma imposição, o que em si implica o domínio da vontade de um elemento ativo sobre outro passivo, levando à submissão deste último, à redução, ao silenciamento ou mesmo aniquilamento das suas potencialidades.

Há muitas pessoas que, devido a eventos traumáticos, falta de acesso à informação ou estruturas sócio-culturais opressivas, se encontram desempoderadas por uma falta de consciência das suas capacidades e do potencial a elas inerente. Isto, tão

evidente nos grupos sociais oprimidos, é resultado da cultura patriarcal que predomina na sociedade contemporânea, enraizada numa consciência baseada na dicotomia, no maniqueísmo e na idéia de que cada ser funciona de modo separado, quase independente do resto do Cosmos. Tal percepção leva à idéia de que as relações entre seres humanos ou entre estes e outros seres da Natureza levará sempre ao domínio de um elemento da relação sobre o outro. Desta percepção surge não só a velha filosofia Hobbesiana de que “O Homem é o lobo do Homem”, origem de toda a espécie de desarmonias na esfera pública e privada, mas também de que o ser humano está fora e acima do resto da Natureza, tendo por isso o direito de dominar e inclusive destruir, se tal se revelar conveniente.

A autora britânica Hilary Wainwright identifica a sobrevalorização do conhecimento técnico e a desvalorização do experiencial como uma das causas principais (e menos estudadas) não só da exclusão social causada pelo atual modelo económico neo-liberal, mas também da falência do modelo de Estado baseado na democracia representativa. É por essa razão que qualquer projeto de empoderamento deve estar baseado numa mudança na forma de produzir conhecimento, quer em nível académico, quer ao nível das instituições políticas. É necessário criar formas de construção de conhecimento que sejam participativas e como tal estejam baseadas num diálogo entre as duas

formas de saber. Para que isto aconteça, não basta descentralizar os gabinetes do Estado e dos centros de produção do conhecimento. É necessário também conscientizar “técnicos” e “leigos” sobre as potencialidades e limites do seu saber, e mostrar como estas duas formas de conhecimento são interdependentes. Tal processo passa pela conscientização das classes populares, cujo conhecimento experiencial acumulado é tido como “subalterno”, de que não devem desprezar a sua forma de interpretar a realidade em favor do conhecimento dos “doutores”. Sem a sua forma de saber, qualquer construção conceitual, por mais douta e sofisticada que seja, permanecerá estéril e ineficaz de ter algum poder transformador sobre a realidade social.

A importância do conhecimento como forma e elemento constitutivo do poder mostra que o empoderamento, como projeto emancipatório, passa por um trabalho sobre a subjetividade e as relações coletivas. Ao trabalhar por um lado o auto-conhecimento, a auto-estima e o controle de si mesmo e, por outro lado, o conhecimento do “Outro”, contribui-se para formar a massa crítica necessária para uma transformação das relações sociais que permitam um maior acesso das camadas populares aos meios necessários para uma vida plena. ☺

*podar: 1 t.d cortar ramos de (plantas); aparar (folhas, ramos, etc.) 2 t.d p. ext. impor limites a; cercar ETIM lat. Limpar, purificar; debastar, cortar, verificar uma conta; contar, calcular, examinar, considerar, meditar; avaliar, estimar, julgar (...) - Dicionário Houaiss da língua portuguesa.

** Doutoranda em Sociologia pela Brown University (EUA).

MIREM-SE NO EXEMPLO DESTAS MULHERES...

... que não são, definitivamente, “aquelas de Atenas”, identificadas na composição de Chico Buarque. Ao contrário da canção – do que acontecia de fato na Grécia daqueles dias e não deixa de acontecer até hoje entre incontáveis mulheres no mundo – estas já não se recolhem nem se conformam. Mas todo dia fazem tudo sempre igual: lutam, através das ferramentas do poder popular, para criar as mesmas oportunidades de escolha, espaço e superação das barreiras sociais a outras mulheres, especialmente aquelas que sofrem diretamente – e diariamente – as conseqüências de uma educação política e economicamente patriarcal. Com a palavra...

...“**Marina dos Santos Ribeiro**, sou estudante do 4º período de Ciências Sociais. Desenvolvo trabalhos na área de educação popular na ong CAMPO - Centro de Apoio ao Movimento Popular. Neste trabalho, sou responsável pela disciplina de Culturas e Cidadania, no Pré-vestibular Popular, no qual também faço parte da coordenação. Na faculdade, colaboro com o NEURB - Núcleo de Estudos Urbanos. Sou também estagiária no IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, na equipe de Democratização da Cidade.”

...“**Sílvia Regina Nunes Baptista**, sou formada em Pedagogia. Trabalho com recursos humanos e responsabilidade social e ambiental em uma empresa no bairro de Vargem Grande. Participo ativamente do projeto de poder popular proposto pelo Sistema Único de Saúde (SUS). No momento, atuo no Conselho de Gestão Participativa do Hospital Geral de Jacarepaguá.”

...“**Rita de Cássia**, estou no movimento social há mais ou menos 5 anos. Era presidente da associação do meu bairro. De lá, fui convidada para fazer alguns trabalhos junto à prefeitura do Rio. Vi que aquilo não era o que eu queria fazer; alguém me ditando ordens e eu tendo de seguir aquela maneira. Mas através desse trabalho, conheci o pessoal da Rede Cooperativa de Mulheres Empreendedoras; fui convidada a participar e gostei. Na segunda reunião, fui convidada a participar da Rede de Difusão do Cooperativismo. Tenho grande envolvimento com redes, dou palestras sobre o assunto. Hoje trabalho com grupos, dando oficinas sobre cooperativismo baseado na economia solidária. Faço parte do Comitê Popular das Mulheres [fundado por ex-alunas do Curso Economia e Mulheres, realizado pelo Pacs e REF – Rede Economia e Feminismo].”

...“**Maria do Carmo**, mas pode me chamar de **Chocolate**. Costumo falar que trabalho pelo movimento feminista desde que eu nasci. Dentro de casa, já lutava contra a violência que a minha mãe sofria do meu pai. Sempre me preocupei com os problemas da minha comunidade. Participava de movimentos escolares, da igreja, depois nas articulações mais politizadas, sem me envolver de fato com políticos. Com 14 anos, dava aula de alfabetização pelo Mobral; ali foi o melhor trabalho que eu fiz. Dava aula para pessoas bem mais velhas do que eu e, mesmo assim, conseguia alcançar todo mundo. Fundei e hoje cuido do Chocobim, um grupo de trabalho social em Saracuruna voltado para meninos e meninas adolescentes. Algumas adolescentes grávidas com quem eu trabalhei hoje são adultas, têm seus filhos, seus lares, seus empregos e ainda se envolvem com o nosso trabalho. Faço parte do Comitê Popular das Mulheres e da Marcha Mundial das Mulheres.”

Poder e auto-organização

Sílvia: “A participação da mulher é indispensável para a construção da democracia participativa. Seu comprometimento e seu papel de multiplicadora na família, na comunidade ou no local de trabalho tornam indispensáveis sua organização e engajamento.”

Marina: “Cada vez mais as mulheres vêm participando da vida comunitária, social e política e contribuindo para o exercício da democracia participativa, superando conflitos de valores que insistem em nos ditar limitações.”

Rita: “Estou com problemas no meu bairro porque não consigo reunir as mulheres de maneira nenhuma, elas não querem. Por outro lado existem outros grupos onde o apoio para a auto-organização das mulheres é dado pelos próprios maridos, filhos e pais. É um processo de mudança a passos de formiga mas a gente consegue, como já conseguimos várias coisas, como a Secretaria de Mulheres e as casas de apoio às mulheres violentadas. Não é de uma hora para outra que chegaremos lá em cima. É a partir dos trabalhos ligados aos movimentos de bairros, comunitários.”

Chocolate: “As mulheres podem muito mais e não dependem de seus maridos, dependem da força de vontade delas mesmas. Estudar é importante para entender e brigar pelos direitos delas, mas às vezes é difícil convencê-las disto. Uma vez, uma chegou para mim e disse que estava feliz porque tinha conseguido botar o marido para lavar a louça naquele dia. É na sala de aula que vamos conseguir mudar a cabeça das mulheres e, assim, as dos homens também.”



Sílvia



Rita e Chocolate



Marina

Violência e discriminação:

Chocolate: “Você não pode usar vermelho porque você é negra; tem medo de entrar na faculdade porque é negra, ou feia ou gordinha. Mulheres negras e pobres acabam sofrendo ainda muito mais.”

Marina: “Nós mulheres enfrentamos diariamente imposições e restrições da sociedade. A violência a que muitas estão freqüentemente expostas faz parte destas imposições e restrições de vida. Precisamos perceber, estar mais sensíveis a isto e saber interferir nestas situações.”

Rita: “A discriminação é muito grande. É comum a gente ouvir: ‘aquela mulher tá apanhando porque quer’! A gente sabe que não é nada disso, a submissão existe porque ela está ali insegura, amedrontada, ameaçada por uma série de coisas.”

Sílvia: “O reconhecimento da participação da mulher nos coletivos de decisão no SUS ainda é parcial. Há discriminação da mulher como em todos os outros espaços da sociedade patriarcal. O protagonismo é quase sempre destinado aos homens. Poucas mulheres do segmento são presidentes de conselhos distritais ou representantes destes no Conselho Municipal.”

Mercado de trabalho

Marina: “Quando penso em mercado de trabalho, principalmente na minha realidade, refiro-me ao mercado de trabalho informal. Neste sim há muita preocupação com as mulheres. Estamos sempre incentivando, estimulando os trabalhos e criando juntas, de forma solidária, buscando alternativas que combatam a situação de pauperização que a grande maioria de nós, mulheres, se encontra.”

Chocolate: “Terminei o segundo grau ainda trabalhando como empregada doméstica. Tempos depois entrei para a faculdade de Serviço Social mas não terminei na época porque fiquei desempregada, ficou difícil de pagar. Tentei várias bolsas e não consegui. Mas quero e sei que vou voltar para terminar o curso. Acredito que faltam recursos, oportunidades de trabalho, um suporte de renda para que as mulheres tenham como sair de suas casas e se auto-organizar. Às vezes é difícil até o dinheiro de uma passagem.”

Sílvia: “Para falar sobre economia e mercado, é preciso colocar em evidência as atividades domésticas das mulheres. A dona de casa cuida do orçamento, da administração, do zelo do lar e da família. Isto também é trabalho e modo de fazer economia.”

Rita: “É complicado estar ligada a vários grupos e movimentos devido à necessidade de sobrevivência. Sou a chefe da casa, moro com meus dois filhos, tenho que trabalhar para botar comida dentro de casa. Chega uma certa época do ano em que eu não tenho grana, não tenho onde trabalhar para receber e já estou há 5 anos assim, trabalhando em projetos específicos. Estamos vivendo a era das bolsas: é bolsa escola, bolsa família, bolsa gás, bolsa tudo. O povo já fica na dependência, na espera disso e não corre em busca de nada. As mulheres não procuram muito pelos grupos com trabalho de formação e capacitação que não ofereçam uma renda, um suporte em troca. A maioria sempre pergunta: ‘o que é que eu vou ganhar com isso?’”

Militância e Felicidade

Rita: “Sou muito feliz, não completamente realizada, mas feliz.”

Sílvia: “Há 25 anos fui uma militante mais entusiasmada. Depois do casamento, fiquei um pouco de fora. Com o passar dos anos, assistindo a tudo o que se passava pelo Brasil através dos noticiários, me deu uma angústia, uma sensação de passividade e voltei a me engajar através dos trabalhos voluntários. Só que a nossa democracia é muito jovem e vive à base de puxadas de tapete. Para nós, que não estamos dispostas a chamar urubu de meu louro, é difícil ficar calada diante do que acontece. Com a questão do gênero, a coisa fica pior ainda. O que desanca a vida de uma mulher nesta sociedade é quase tudo. Diante disto não pode haver felicidade.”

Marina: “Além de feliz, sinto-me uma mulher que contribui para criar outras formas de relações sociais que contemplem a todos e todas e não só um pequeno grupo de pessoas. Ser feliz está em fazer e defender os ideais em que acredito.”

Chocolate: “Faço minha política é nos campos de futebol, em porta de bar, vou e brigo mesmo, falo com aqueles homens machistas, convido-os a participar da luta. Eles acham que as mulheres participam desses movimentos só para fazer festa. Não é só fazer festa! Fazemos festa sim, mas em função de coisas boas; nos encontramos para trabalhar, estudar, discutir, lutar. Sou muito feliz e ai do Brasil se não tivesse suas mulheres à frente!”

*“Essa moça tá diferente
Já não me conhece mais
Está pra lá de pra frente
Está me passando pra trás
Essa moça tá decidida
A se supermodernizar (...)”
(Essa moça tá diferente, Chico Buarque)*



Assembléias Populares e o Poder Popular: a forma e o conteúdo.

* Roberta Lobo

As Assembléias Populares são a busca de uma nova forma de representação onde cada pessoa possa ter expressão, debater, desenvolver suas idéias e agir de forma coletiva. As diferentes formas de assembléias, por moradia, por trabalho, por emprego devem criar referências na identidade de classe, condição fundamental para não cair no terreno do “aperfeiçoamento da democracia representativa”. Porém, a pouca densidade de uma prática de representação direta no quadro das organizações políticas de esquerda questiona a nossa forma de atuação. Será que através da radicalização da crítica da democracia burguesa pode-se construir um nível de contradição com o Estado capaz de levar a população a um rompimento total com a idéia de democracia representativa? As Assembléias Populares devem realizar-se como *Praça Pública* que ganha força e dinamismo, produtora do sujeito coletivo. Um sujeito coletivo capaz de fiscalizar e de destituir a representação política, utilizando para isso mobilizações permanentes.

Precisamos clarear o caráter de democracia direta que estamos buscando, estando sempre atentos ao perigo do reformar ou melhorar o que hoje já não funciona. Temos que reconhecer a possibilidade das Assembléias Populares se limitarem a um aspecto “institucional”, sem estimular ou fortalecer as lutas concretas da população pobre deste País, inteiramente expropriada, exposta ao genocídio, ao subemprego, ao desemprego, às doenças sociais, psíquicas e físicas.

A construção do poder popular não se dá apenas através de espaços consultivos ou de espaços de fiscalização, mas através da força material das organizações autônomas do povo, que tem em seu processo de subjetivação a negação da luta institucional ou eleitoral em função de uma luta direta permanente pela emancipação humana.

O poder popular não deve ser apenas um espaço de reivindicações por políticas públicas, mas uma *Praça Pública*; um espaço de construção de alternativas próprias do povo para os seus problemas, como acúmulo de experiências autogeridas e autosustentadas em todas as dimensões da vida social: moradia, trabalho, segurança, transporte, educação, cultura, saúde, alimentação, etc.

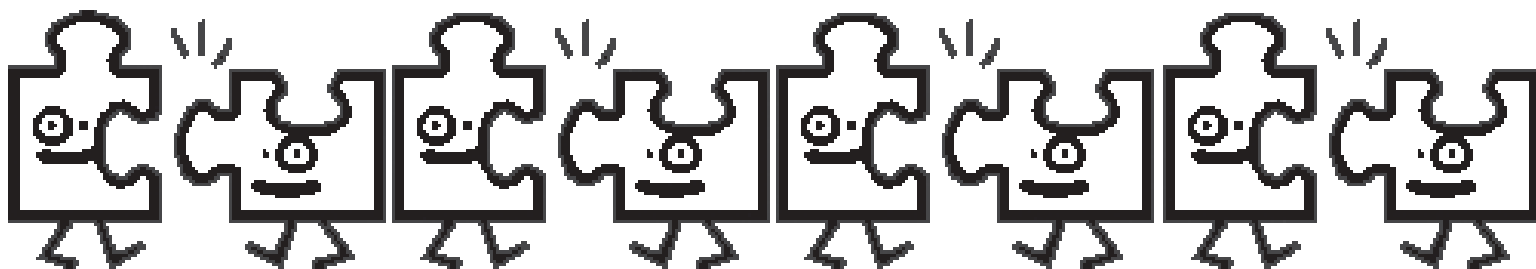
As Assembléias Populares devem ter como horizonte o Poder Popular, a consciência crítica e ativa com força material, a construção de um poder capaz de confrontar com o poder político, econômico e militar do Estado. Portanto, temos que clarear ao máximo o que queremos com o poder popular, para que possamos definir relações com o poder público, políticas públicas, partidos políticos e ONGs.

Transformar as Assembléias Populares em espaços de manifestação do poder popular apresenta-se como parte do desafio de romper e superar o capital como produtor de relações sociais alienadas, superando suas formas de manifestação, como as personificações da forma mercadoria do produto do trabalho, do Estado de Direito, da sociedade do conhecimento e da técnica, da individualidade egoísta, etc. Vamos assumir como horizonte a transformação da Assembléia Popular num espaço de construção do poder popular, apresentando-se como expressão possível de uma outra sociabilidade?

Em caso de afirmação, não podemos esquecer de romper com a concepção universal de democracia que herdamos da cultura burguesa. Devemos agir e refletir criticamente a respeito dos aspectos organizativos e civilizatórios de tal democracia à luz das contradições do processo histórico.

Debater a forma de ação das Assembléias Populares é fundamental. Porém, se a estratégia política não estiver baseada na construção do poder popular, podemos correr o risco de construirmos um movimento que ajude a reformar o Estado e não aprofundar a crise de legitimidade por qual passa a representação política instituída. ☹

* Coletivo estadual da Consulta Popular/RJ.



SEMENTES DE TRANSFORMAÇÃO: SOBERANIA POPULAR

* Sandra Quintela



A idéia de soberania sempre esteve muito vinculada à idéia de um projeto de país cujos destinos são determinados pela estrutura de Estado através de seus três poderes constituídos: executivo, legislativo e judiciário. A dinâmica dos fatos e a realidade concreta que o continente latino-americano tem mostrado ao mundo apresentam elementos que apontam que a determinação dos povos estrutura os poderes constituídos consolidando a idéia de soberania popular. Quem define os destinos dos países devem ser os povos.

No caso da Bolívia, por exemplo, a estatização do gás e do petróleo é fruto de uma luta histórica dos movimentos sociais daquele país. A atitude do Presidente Evo Morales responde diretamente a construção da soberania popular.

Há outras dimensões nesta construção. Poderíamos citar o caso das mulheres da Via Campesina. Ao não deixar crescerem as mudas de eucalipto da Aracruz celulose no Rio Grande do Sul, impedem que o deserto verde se amplie, desafiando e enfrentando o capital; dizendo não ao sistema capitalista baseado no agronegócio, na monocultura que escraviza, concentra renda e riqueza, e destrói o meio ambiente. O Estado brasileiro está absolutamente alheio às demandas da agricultura familiar e consolida um projeto de agricultura que não responde aos interesses do povo brasileiro. A atitude das mulheres é semente de indignação para crescer o desejo de definir os destinos do Brasil.

Esse desejo não pára por aí. Em outubro, 8 mil lutadores e lutadoras do povo brasileiro estiveram em Brasília, em assembléia popular por 5 dias. Lá foram plantadas outras tantas sementes. A semente que promete gerar frutos saborosos, de que certamente desfrutaremos, foi a do poder popular: estamos dispostos a definir e assumir os destinos do País. Queremos tomar decisões importantes para o nosso País. Queremos a auditoria da dívida pública, a reestatização da Companhia Vale do Rio Doce, a integração solidária dos povos, a retirada das tropas brasileiras do Haiti...

Cansamos de ser consultados apenas nas eleições. Queremos plebiscitos, referendos, consultas permanentes. Temos acumulado ao longo dos últimos anos experiência de organização e participação popular. Fizemos plebiscitos e tribunais éticos, cujos veredictos levamos eloqüentemente aos representantes dos poderes do Estado. E eles nos têm ignorado. Agora queremos experimentar o poder popular: nos exercitar para a democracia direta. As assembléias populares são o canteiro de experiência e construção da soberania popular que só existirá de fato com a participação direta do povo brasileiro na definição dos destinos do nosso País. ☺

*Socioeconomista Pacs/Consulta Popular.



Publicação trimestral do Pacs – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

Apoio: Christian Aid, Trocaire e Ação Quaresmal

Coordenação-Geral: Marcos Arruda

Coordenação de Programas: Sandra Quintela

Equipe: Ana Cândida, Bruno Lopes, Eliane Macedo, Gustavo Vaccihi, Jussara Oliveira, Kátia Aguiar, Leilane Brito, Márcia Danielli, Maria Eduarda Quiroga, Marcos Arruda, Peter Gerhard, Renata Lins, Robson Patrocínio, Rosana Lobato, Sandra Quintela, Terezinha Pimenta.

Estagiários: Maiara F. Silva

Edição, reportagem e revisão: Márcia Danielli 805-MTB/AL

Fotos: Márcia Danielli e arquivo pessoal (Na Teia, Sílvia)

Projeto gráfico e diagramação: Rogério Nascimento

Impressão: Grafithaly

Tiragem: 2.500 exemplares

Distribuição: Gustavo Vaccihi e Leilane Brito

Sugestões, críticas ou pedidos de exemplares?

Fale conosco, teremos muito prazer em responder:

Av. Rio Branco, 277 - 16º andar - sala 1609

Centro • Rio de Janeiro • RJ • CEP 20.040-009

Tel/Fax: (21) 2210-2124

www.pacs.org.br - pacs@pacs.org.br - comunicacao@pacs.org.br

Utilidade Pública Federal - Port. nº 2.476,

de 17/12/2003 - D.O.U. de 18/12/2003

Conselho Municipal de Assistência Social -

inscrição nº 620 - D.O.M. de 28/10/2003